

DIREITO FISCAL

Princípio da neutralidade fiscal

JURISPRUDÊNCIA DO TJUE:

1. Acórdão de 12 de Junho de 1979, *Nederlandse Spoorwegen*, processo 126/78.

Provisão de reembolso.

2. Acórdão de 1 de Abril de 1982, *Hong Kong Trade Development Council*, processo 89/81.

Restituição do IVA.

3. Acórdão de 14 de Fevereiro de 1985, *Rompelman*, processo 268/83.

Harmonização IVA - Sexta directiva - Noção de sujeito passivo.

4. Acórdão de 5 de Julho de 1988, *Happy Family*, processo 289/86.

IVA sobre a transacção ilegal de estupefacientes efectuada no território de um Estado-membro.

5. Acórdão de 5 de Julho de 1988, *Mol*, processo 269/86.

IVA sobre a transacção ilegal de estupefacientes efectuada no território de um Estado-membro.

6. Acórdão de 22 de Junho de 1993, *Sofitam*, processo C-333/91.

Interpretação do artigo 19.º da sexta directiva - Cálculo do prorata de redução - Dividendos de acções.

7. Acórdão do Tribunal de 9 de Março de 1995, *Nunes Tadeu*, processo C-345/93.

Imposto automóvel - Imposição interna - Discriminação.

8. Acórdão de 6 de Abril de 1995, *BPL Group*, processo C-4/94.

Imposto sobre o valor acrescentado - Interpretação do artigo 2.º da Directiva 67/227/CEE e do artigo 17.º, n.º 2, da Directiva 77/388/CEE - Dedução do imposto pago a montante sobre bens ou serviços relacionados com operações isentas.

9. Acórdão de 29 de Fevereiro de 1996, *Inzo*, processo C-110/94.

IVA - Conceito de actividade económica - Qualidade de sujeito passivo - Actividade limitada a um estudo de rentabilidade de um projecto, seguida do abandono do projecto

10. Acórdão de 15 de Janeiro de 1998, *Ghent Coal Terminal*, processo C-37/95.

Imposto sobre o valor acrescentado - Sexta Directiva - Artigo 17. - Direito à dedução - Ajustamento das deduções.

11. Acórdão de 21 de Março de 2000, *Gabalfrisa*, processos apensos C-110/98 a C-147/98.

Conceito de órgão jurisdicional nacional na aceção do artigo 177.º do Tratado CE (actual artigo 234.º CE) - Admissibilidade - Imposto sobre o valor acrescentado - Interpretação do artigo 17.º da Sexta Directiva 77/388/CEE - Dedução do imposto pago a montante - Actividades prévias à realização regular das operações económicas.

12. Acórdão de 19 de Setembro de 2000, *Ampafrance e Sanofi*, processo C-177/99.

IVA - Dedução do imposto - Exclusão do direito à dedução - Despesas de representação - Proporcionalidade.

13. Acórdão de 22 de Fevereiro de 2001, *Abbey National*, processo C-408/98.

IVA - Artigos 5.º, n.º 8, e 17.º, n.os 2, alínea a), e 5, da Sexta Directiva IVA - Transmissão de uma universalidade de bens - Dedução do imposto pago a montante pelos serviços utilizados pelo transmitente para os fins da transmissão - Bens e serviços utilizados para os fins das operações tributadas do sujeito passivo.

14. Acórdão do Tribunal de 22 de Fevereiro de 2001, *Gomes Valente*, processo C-393/98.

Imposições internas - Imposto especial que incide sobre os veículos a motor - Veículos usados.

15. Acórdão de 11 de Outubro de 2001, *Adam*, processo C-267/99.

Sexta Directiva IVA - Conceito de profissão liberal - Administrador de condomínio de imóveis.

16. Acórdão do Tribunal de 10 de Setembro de 2002, *Kügler*, processo C-141/00.

Artigo 13.º, A, n.º 1, alíneas c) e g), da Sexta Directiva 77/388/CEE - Isenção das prestações de cuidados efectuadas por sociedades de capitais - Prestações de serviços ligadas à assistência social e à segurança social efectuadas por outros organismos que não os de direito público reconhecidos como tendo carácter social pelo Estado-Membro em causa - Efeito directo.

17. Acórdão de 23 de Outubro de 2003, *Comissão contra Alemanha*, processo C-109/02.

Incumprimento de Estado - Sexta Directiva IVA - Legislação nacional que prevê uma taxa reduzida para conjuntos musicais e solistas desde que os mesmos sejam os organizadores do concerto.

18. Acórdão do Tribunal de 6 de Novembro de 2003, *Dornier*, processo C-45/01.

Imposto sobre o valor acrescentado - Artigo 13.º, A, n.º 1, alíneas b) e c), da Sexta Directiva 77/388/CEE - Isenção - Tratamentos psicoterápicos prestados numa policlínica de uma fundação de direito privado, reconhecida de utilidade pública, por psicólogos diplomados mas que não são reconhecidos como médicos - Efeito directo.

19. Despacho do Tribunal de 3 de Março de 2004, *Transport Service*, processo C-395/02.

Artigo 104.º, n.º 3, do Regulamento de Processo - Primeira e Sexta Directivas IVA - Princípio da neutralidade fiscal - Aplicação de IVA a cada transacção de produção ou de distribuição - Cobrança.

20. Acórdão do Tribunal de 17 de Fevereiro de 2005, *Linneweber e Akritidis*, processos apensos C-453/02 e C-462/02.

Sexta Directiva IVA - Isenção dos jogos de azar - Determinação das condições e limites da isenção - Sujeição dos jogos organizados fora dos casinos públicos - Respeito do princípio da neutralidade fiscal - Artigo 13.º, B, alínea f) - Efeito directo.

21. Acórdão de 26 de Maio de 2005, *Kingscrest Associates e Montecello*, processo C-498/03.

Sexta Directiva IVA - Artigo 13.º, A, n.º 1, alíneas g) e h) - Operações isentas - Prestações estreitamente ligadas à assistência social e à segurança social - Prestações estreitamente ligadas à protecção infância e da juventude - Prestações efectuadas por organismos que não são de direito público reconhecidos de carácter social pelo Estado-Membro em questão - Entidade privada que prossegue fins lucrativos - Conceito de carácter social.

22. Acórdão do Tribunal de Justiça de 27 de Abril de 2006, *Solleveld e van den Hout -van Eijnsbergen*, processos apensos C-443/04 e C-444/04.

Sexta Directiva IVA - Artigo 13.º, A, n.º 1, alínea c) - Isenções - Prestações de serviços de assistência efectuadas no âmbito do exercício das actividades médicas e paramédicas - Tratamentos terapêuticos prestados por um fisioterapeuta e por um psicoterapeuta - Definição de profissões paramédicas pelo Estado-Membro em causa - Poder de apreciação - Limites.

23. Acórdão do Tribunal de Justiça de 7 de Dezembro de 2006, *Eurodental*, processo C-240/05.

Sexta Directiva IVA - Isenções - Artigos 13.º, A, n.º 1, alínea e), 17.º, n.º 3, alínea b), e 28.º-C, A, alínea a) - Direito a dedução - Produção e reparação de próteses dentárias - Operações intracomunitárias relativas a operações isentas no interior do Estado-Membro - Efeitos do regime derogatório e transitório previsto no artigo 28.º, n.º 3, alínea a), conjugado com o anexo E, ponto 2 - Princípio da neutralidade fiscal - Harmonização parcial do IVA.

24. Acórdão de 8 de Fevereiro de 2007, *Investrand*, processo C-435/05.

Sexta Directiva IVA - Artigo 17.º, n.º 2 - Direito à dedução - Custos referentes a serviços de consultadoria obtidos no quadro de um processo de arbitragem relativo à determinação do montante de um crédito que faz parte do património da empresa, mas que se constituiu antes da sujeição do seu titular ao IVA.

25. Acórdão do Tribunal de Justiça de 18 de Dezembro de 2007, *Cedilac*, processo C-368/06.

Sexta Directiva IVA - Direito à dedução - Princípios da dedução imediata e da neutralidade fiscal - Transporte do excedente de IVA para o período seguinte ou reembolso - Regra da dilação de um mês - Disposições transitórias - Manutenção da isenção.

26. Acórdão do Tribunal de Justiça de 10 de Abril de 2008, *Marks & Spencer*, processo C-309/06.

Fiscalidade - Sexta Directiva IVA - Isenção com reembolso dos impostos pagos na fase anterior - Tributação errada à taxa normal - Direito à taxa zero - Direito ao reembolso - Efeito directo - Princípios gerais do direito comunitário - Enriquecimento sem causa.

27. Acórdão do Tribunal de Justiça de 10 de Julho de 2008, *Koninklijke Ahold*, processo C-484/06.

Reenvio prejudicial - Primeira e Sexta Directivas IVA - Princípios da neutralidade fiscal e da proporcionalidade - Regras relativas ao arredondamento dos montantes do IVA - Arredondamento por defeito e por artigo.

28. Acórdão do Tribunal de Justiça de 10 de Julho de 2008, *Sosnowska*, processo C-25/07.

IVA - Directivas 67/227/CEE e 77/388/CEE - Legislação nacional que estabelece as regras para reembolso do IVA pago em excesso - Princípios da neutralidade fiscal e da proporcionalidade - Medidas especiais derrogatórias.

29. Acórdão do Tribunal de Justiça de 5 de Março de 2009, *Wetherspoon*, processo C-302/07.

Primeira e Sexta Directivas IVA - Princípios da neutralidade fiscal e da proporcionalidade - Regras respeitantes ao arredondamento dos montantes do IVA - Métodos e níveis de arredondamento.

30. Acórdão do Tribunal de Justiça de 29 de Outubro de 2009, *NCC Construction Danmark*, processo C-174/08.

Sexta Directiva IVA - Artigo 19.º, n.º 2 - Dedução do imposto pago a montante - Sujeito passivo misto - Bens e serviços utilizados tanto em actividades tributáveis como em actividades isentas - Cálculo do pro rata de dedução - Conceito de 'operações acessórias imobiliárias' - Entregas a si próprio - Princípio da neutralidade fiscal.

31. Acórdão de 22 de Dezembro de 2010, *RBS Deutschland Holdings*, processo C-277/09.

Sexta Directiva IVA - Direito a dedução - Compra de automóveis e utilização para operações de locação financeira - Divergências entre os regimes fiscais de dois Estados-Membros - Proibição de práticas abusivas.

32. Acórdão do Tribunal de Justiça de 7 de Abril de 2011, *Tatu*, processo C-402/09.

Imposições internas - Artigo 110.º TFUE - Imposto sobre a poluição cobrado por ocasião da primeira matrícula de veículos automóveis - Neutralidade do imposto entre veículos automóveis usados importados e veículos similares que já se encontrem no mercado nacional.

33. Acórdão do Tribunal de Justiça de 12 de Maio de 2011, *Enel Maritsa Iztok 3*, processo C-107/10.

Reenvio prejudicial - IVA - Directivas 77/388/CEE e 2006/112/CE - Reembolso - Prazo - Juros - Compensação - Princípios da neutralidade fiscal e da proporcionalidade - Protecção da confiança legítima.

34. Acórdão do Tribunal de Justiça de 10 de Novembro de 2011, *The Rank Group*, processos apensos C-259/10 e C-260/10.

Fiscalidade - Sexta Directiva IVA - Isenções - Artigo 13.º, B, alínea f) - Apostas, lotarias e outros jogos de azar ou a dinheiro - Princípio da neutralidade fiscal - Bingo mecanizado com prémios pagos em dinheiro ('mechanised cash bingo') - Máquinas de jogo com moedas - Prática administrativa divergente das disposições legislativas - Fundamento de defesa baseado na diligência exigida ('due diligence').

35. Acórdão do Tribunal de Justiça (Segunda Secção) de 26 de Janeiro de 2012, *Kraft Foods Polska*, processo C-588/10.

Fiscalidade - IVA - Diretiva 2006/112/CE - Artigo 90.º, n.º 1 - Redução do preço depois de a operação ter sido efetuada - Regulamentação nacional que sujeita a redução do valor tributável à posse, pelo fornecedor de bens ou de serviços, de um comprovativo da receção de uma fatura retificada entregue pelo adquirente dos bens ou serviços - Princípio da neutralidade do IVA - Princípio da proporcionalidade.

36. Acórdão do Tribunal de Justiça de 12 de Julho de 2012, *EMS-Bulgaria Transport*, processo C-284/11.

IVA - Diretiva 2006/112/CE - Direito a dedução - Prazo de caducidade para o exercício do direito a dedução do IVA - Princípio da efectividade - Recusa do direito a dedução do IVA - Princípio da neutralidade fiscal.

37. Acórdão do Tribunal de Justiça de 19 de Julho de 2012, *Lietuvos geležinkeliai*, processo C-250/11.

Franquia de direitos aduaneiros e isenção do IVA nas importações de bens - Carburante contido nos reservatórios normais dos veículos terrestres a motor - Conceito de ‘veículo rodoviário a motor’ - Locomotivas - Transporte rodoviário e transporte ferroviário - Princípio da igualdade de tratamento - Princípio de neutralidade.

38. Acórdão do Tribunal de Justiça de 6 de Setembro de 2012, *Tóth*, processo C-324/11.

Fiscalidade - IVA - Directiva 2006/112/CE - Artigo 9.º - Conceito de ‘sujeito passivo’ - Direito à dedução - Recusa - Princípio da neutralidade fiscal - Cancelamento do alvará do empresário em nome individual que emitiu a factura - Emitente da factura que não cumpriu a obrigação de declarar os seus trabalhadores à administração fiscal - Obrigação de o sujeito passivo se certificar do comportamento regular do emitente da factura face à administração fiscal.

39. Acórdão do Tribunal de Justiça de 6 de Setembro de 2012, *Portugal Telecom*, processo C-496/11.

IVA - Sexta Diretiva - Artigos 17.º, n.º 2, e 19.º - Deduções - Imposto devido ou pago por serviços adquiridos por uma sociedade holding - Serviços que apresentam um nexo direto, imediato e inequívoco com operações tributadas a jusante.

40. Acórdão do Tribunal de Justiça de 4 de Outubro de 2012, *PIGI*, processo C-550/11.

Fiscalidade - IVA - Diretiva 2006/112/CE - Direito a dedução - Regularização - Furto de mercadorias.

41. Acórdão do Tribunal de Justiça de 18 de Outubro de 2012, *Mednis*, processo C-525/11.

IVA - Diretiva 2006/112/CE - Artigo 183.º - Condições de reembolso do excedente de IVA - Regulamentação nacional que efetua o reporte do reembolso de uma fração do excedente de IVA até ao exame da declaração fiscal anual do sujeito passivo - Princípios da neutralidade fiscal e da proporcionalidade.

42. Acórdão do Tribunal de Justiça de 15 de Novembro de 2012, *Zimmermann*, processo C-174/11.

Sexta Diretiva IVA - Isenções - Artigo 13.º, A, n.os 1, alínea g), e 2 - Prestações estreitamente conexas com a assistência social e com a segurança social realizadas por organismos de direito público ou por outros organismos reconhecidos de carácter social - Reconhecimento - Condições não aplicáveis aos organismos que não sejam de direito público - Poder de apreciação dos Estados-Membros - Limites - Princípio da neutralidade fiscal.

43. Acórdão do Tribunal de Justiça de 19 de Dezembro de 2012, *Grattan*, processo C-310/11

Fiscalidade - IVA - Segunda Diretiva 67/228/CEE - Artigo 8.º, alínea a) - Sexta Diretiva 77/388/CEE - Entrega de bens - Matéria coletável - Comissão paga por uma sociedade de vendas por correspondência aos seus agentes - Compras efetuadas por clientes terceiros - Redução do preço após o facto gerador do imposto - Efeito direto.

44. Acórdão do Tribunal de Justiça de 31 de Janeiro de 2013, *Stroy trans*, processo C-642/11.

Fiscalidade - IVA - Diretiva 2006/112/CE - Princípio da neutralidade fiscal - Direito a dedução - Recusa - Artigo 203.º - Menção do IVA na fatura - Exigibilidade - Existência de uma operação tributável - Apreciação igual da situação do emitente da fatura e do seu destinatário - Obrigatoriedade.

45. Acórdão do Tribunal de Justiça de 31 de Janeiro de 2013, *LVK – 56*, processo C-643/11.

Fiscalidade - IVA - Diretiva 2006/112/CE - Princípio da neutralidade fiscal - Direito a dedução - Recusa - Artigo 203.º - Menção do IVA na fatura - Exigibilidade - Existência de uma operação tributável - Apreciação igual da situação do emitente da fatura e do seu destinatário - Obrigatoriedade.

46. Acórdão do Tribunal de Justiça de 7 de Março de 2013, *Wheels Common Investment Fund Trustees*, processo C-424/11.

Imposto sobre o valor acrescentado - Diretiva 77/388/CEE - Isenção da gestão dos fundos comuns de investimento - Âmbito - Regimes profissionais de previdência.

“Recolha e seleção elaboradas por Ana Isabel Soares Pinto (Docente do CEJ – Docente Universitária)”